

FORMAÇÃO DOCENTE E PERSPECTIVAS NO ENSINO DA NORMA CULTA

TEACHER TRAINING AND PERSPECTIVES IN THE TEACHING OF STANDARD LANGUAGE

FORMACIÓN DOCENTE Y PERSPECTIVAS EN LA ENSEÑANZA DE LA NORMA CULTIVADA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-065>

Data de submissão: 05/11/2025

Data de publicação: 05/12/2025

Marcelo Pessoa

Doutorando em Linguística

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

E-mail: marcelo.oliveira@uemg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1863556911259481>

RESUMO

O presente artigo analisa o ensino de gramática em suas múltiplas perspectivas — normativa, descriptiva, funcional, discursiva e abordagens contemporâneas. Justifica este exame, o fato de que, nos contextos de formação profissional, cada vez mais se quer buscar entender como estas abordagens de ensino podem beneficiar ou limitar as práticas pedagógicas. O objetivo do texto, é o de verificar de que maneira que a práxis didática assim orientada pode fortalecer a formação de sujeitos críticos, reflexivos e capazes de atuar de maneira consciente na sociedade. Metodologicamente, fizemos uma busca de repertório compatível ao tema, em acervos físicos e digitais e, por meio de uma revisão bibliográfica e análise conceitual, discutimos no paper, a trajetória histórica do ensino de norma culta no Brasil, sua função no contexto da padronização linguística e os impactos de algumas mudanças nos paradigmas educacionais. Foram examinadas junto com as abordagens já ditas, algumas tendências atuais na formação pré-serviço, tais como as oriundas dos multiletramentos, da sociolinguística e da gramática reflexiva e, como resultados, vimos que nosso estudo pode se juntar à mais evidências que também se preocupem em ver como o modo de ensino de gramática deve ser (re)pensado de forma integrada, articulando normas, variantes, funções comunicativas e contextos discursivos.

Palavras-chave: Ensino de Gramática. Norma Culta. Abordagens de Ensino. Letramentos. Diversidade Linguística.

ABSTRACT

This article analyzes grammar teaching from multiple perspectives—normative, descriptive, functional, discursive, and contemporary approaches. This examination is justified by the fact that, in professional training contexts, there is a growing desire to understand how these teaching approaches can benefit to or limit pedagogical practices. The purpose of this text is to examine how teaching practices oriented in this way can strengthen the development of critical, reflective individuals who are capable of acting consciously in society. Methodologically, we searched for relevant material on the subject in physical and digital collections and, through a literature review and conceptual analysis, we discuss in the paper the historical trajectory of grammar teaching in Brazil, its role in the context of linguistic standardization, and the impacts of some changes in educational paradigms. Along with

the approaches already mentioned, we examined some current trends in pre-service training, such as those arising from multiliteracy, sociolinguistics, and reflexive grammar. As a result, we found that our study can be added to other evidence that also focuses on how grammar teaching should be (re)thought in an integrated way, articulating norms, variants, communicative functions, and discursive contexts.

Keywords: Grammar Teaching. Cultured Norm. Teaching Approaches. Literacy. Linguistic Diversity.

RESÚMEN

El presente artículo analiza la enseñanza de la gramática desde múltiples perspectivas: normativa, descriptiva, funcional, discursiva y enfoques contemporáneos. Este examen se justifica por el hecho de que, en los contextos de formación profesional, cada vez se busca más comprender cómo estos enfoques de enseñanza pueden beneficiar o limitar las prácticas pedagógicas. El objetivo del texto es verificar de qué manera la praxis didáctica así orientada puede fortalecer la formación de sujetos críticos, reflexivos y capaces de actuar de manera consciente en la sociedad. Metodológicamente, realizamos una búsqueda de repertorio compatible con el tema, en colecciones físicas y digitales y, mediante una revisión bibliográfica y un análisis conceptual, discutimos en el artículo la trayectoria histórica de la enseñanza de la norma culta en Brasil, su función en el contexto de la estandarización lingüística y los impactos de algunos cambios en los paradigmas educativos. Junto con los enfoques ya mencionados, se examinaron algunas tendencias actuales en la formación previa al servicio, tales como las derivadas de las alfabetizaciones múltiples, la sociolingüística y la gramática reflexiva y, como resultado, vimos que nuestro estudio puede sumarse a más evidencias que también se preocupan por ver cómo el modo de enseñanza de la gramática debe ser (re)pensado de forma integrada, articulando normas, variantes, funciones comunicativas y contextos discursivos.

Palabras clave: Enseñanza de la Gramática. Norma Culta. Enfoques Pedagógicos. Alfabetización. Diversidad Lingüística.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo, analisar algumas abordagens empregadas para o ensino de gramática, a partir de diferentes perspectivas, problematizando suas contribuições, limites e desafios a serem vencidos diante de uma Língua Portuguesa recheada de variantes e pouco resiliente às mutações.

Para tanto, serão abordadas, oriundas do rol da Linguística Aplicada, as concepções normativa, descritiva, funcional e discursiva, além de outras abordagens contemporâneas que dialogam com os estudos do letramento, da sociolinguística e da análise crítica do discurso.

A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica e análise conceitual, de caráter qualitativo, com base em autores de referência nos campos da linguística, da linguística aplicada e da educação, além de documentos oficiais que norteiam a prática docente, tais como os reunidos no *corpus* formativo dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN – MEC (a) e a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC – MEC (b).

Ao longo do percurso analítico do texto, enfatizamos no Artigo a perspectiva de que o ensino de gramática não deve ser reduzido a um modelo único, mas acima de tudo, compreendido como um campo plural, em constante atualização e permeado por demandas sociais, políticas e pedagógicas tão ou igualmente amplas se ladeadas ao tamanho da sociedade que dele se vale.

Como resultado do estudo, espera-se contribuir ainda mais para o debate acadêmico e para a formação docente, oferecendo subsídios que auxiliem na construção de práticas de ensino gramatical mais significativas, críticas e coerentes com a realidade linguística dos estudantes brasileiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino de gramática no Brasil constitui-se como um dos eixos centrais da disciplina de Língua Portuguesa, em todos os níveis da escolarização formal no país, ocupando historicamente lugar de destaque nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas. Não é de hoje, que a gramática foi concebida como um conjunto de regras normativas e, em tal formato, destinadas a regular o ‘bom uso’ da língua, servindo como instrumento de padronização e de distinção sociocultural.

Ao menos, foi assim, durante muito tempo. E, em tal contexto, a língua ‘ensinada’ na escola e demais processos de aquisição formal de linguagem, mantém-se fiel à tradição normativa, valorizando a memorização de classificações e definições, as quais, muitas vezes, se dão muito dissociadas das práticas reais de leitura e de escrita praticada pelos aprendizes de tal norma.

Essa concepção, entretanto, praticamente desde que passou a existir, tem sido alvo de críticas, tanto dentro quanto fora do meio acadêmico. Um ponto a se destacar, é a dificuldade que se apresenta em definir o que ou qual modalidade de Língua se encaixa com a ideia de *norma culta*. Noutro ponto,

parece haver certo consenso em torno da ideia, de que a ‘norma padrão’ e a ‘língua da gente’ nas ruas não dialogam muito bem entre si, abrindo-se praticamente um abismo semântico, ortográfico, fonético e estilístico entre uma e outra variante, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando surgem certas abordagens linguísticas que reconhecem a pluralidade do fenômeno linguístico e a necessidade de se contemplar usos efetivos e contextuais da língua. Assim, sem nos distanciarmos muito destes tempos seminais das normas, vemos que:

No século XVIII, a preocupação de formar as elites numa linguagem castiça é reafirmada na grande obra pedagógica do Iluminismo português, o *Verdadeiro método estudar* (1746), de Luís Antônio de Verney. Assim, no domínio de nossa língua, pensar na gramática como um conhecimento capaz de distinguir as pessoas bem criadas das pessoas ‘baixas’ é uma ideia antiga e fortemente arraigada. Muitos gramáticos têm entendido assim sua tarefa; e é indiscutível que ao realizá-la contribuíram para dar uniformidade à língua e para frear sua mudança (apontando certas construções como corretas e excluindo outras como viciosas) (Ilari & Basso, 2024, p. 206).

Nesse cenário, em que se permite colocar em diálogo o passado e o presente do assunto, discutir o ensino de gramática sob diferentes perspectivas torna-se essencial, sempre que possível, a fim de se compreender os caminhos até então trilhados, bem como promover preparativos ante aos desafios atuais a serem vencidos durante a formação pré-serviço docente.

A coexistência de modelos normativos, descritivos, funcionais, discursivos e de outras abordagens contemporâneas não deve ser entendida como mera disputa teórica ou mesmo embates verbais acalorados, mas como um campo de tensões e de possibilidades que reflete diferentes concepções de língua, de sujeito e de sociedade.

Logo, ao se reconhecer que a educação linguística não comprehende apenas o repasse de um sistema abstrato de regras, e que ela é também um instrumento de conformação e de interação social, torna-se urgente pensar o ensino de gramática de um modo que ele dialogue, em algum nível, com a realidade e com os valores dos estudantes, promovendo-se o desenvolvimento de uma competência linguística que se dê numa dimensão integral, ou seja, não somente normativa, mas sobretudo, comunicativa, crítica e reflexiva:

O papel exercido por perspectivas desenvolvimentistas na escolarização, por exemplo, faz com que a aquisição do letramento se torne isomórfica, a partir do desenvolvimento pela criança de identidades e posições sociais específicas: seu poder na sociedade fica associado ao tipo e nível de letramento que elas adquiriram. Esses exemplos do relacionamento de variações em letramento com poder e conhecimento relativos não se limitam ao ‘Terceiro Mundo’ ou a sociedades tecnologicamente mais simples: recentes etnografias do letramento nos EUA oferecem comprovações semelhantes das ricas variedades de letramento fora da escola e dos processos de aprendizagem formal e de sua importância para a identidade das pessoas e suas posições na sociedade (Street, 2014, p. 125).

Desse preâmbulo deriva, portanto, a justificativa para se abordar nesta investigação, tópicos que sejam relevantes para a formação docente, relativos não sobre o ensino de uma ‘gramática’ da língua, mas de ‘gramáticas’ da Língua Portuguesa, discutidas em suas múltiplas dimensões e perspectivas de preparo docente e aquisição discente. Tal necessidade reside justamente na urgência de superação de visões reducionistas que rondam fortemente a prática escolar contemporânea (Amaral & Souza, 2011).

Exemplo disso, é o de que temos na escola um papel basilar neste contexto, visto que, ao se privilegiar em certas abordagens de ensino, apenas a norma culta e desconsiderar variações, novidades vocabulares, fonéticas, morfológicas, sintáticas, e outros usos efetivos, rotulando-os como ‘menores’, concorre-se para o risco de se reforçarem preconceitos linguísticos e de se limitarem não apenas a amplitude do repertório didático docente, mas também o resultado da aprendizagem e, por conseguinte, da eficácia da comunicação:

A aula de gramática típica não comporta perguntas embaraçosas, referentes a ‘comos’ e ‘porquês’ que não constam do livro adotado. O professor nunca precisa justificar a análise que ensina, tem apenas que reproduzi-la, tal como a encontrou na bibliografia. O resultado é que nas aulas de gramática não se aprende gramática, e nem sequer se estuda gramática (Perini, 2017, p. 13).

Em contrapartida, quando são consideradas perspectivas mais amplas, como as descriptivas, funcionais e discursivas, abre-se espaço para um ensino que reconhece a língua como prática social e, portanto, valorizam-se tanto a correção normativa em contextos formais quanto a diversidade de registros e gêneros que circulam na sociedade contemporânea.

2.1 PANORAMA HISTÓRICO DA GRAMÁTICA

O ensino de gramática possui raízes tão antigas quanto as discussões que hoje se tecem sobre o fazer docente nesta área. Há notícias sobre isto, que remontam às primeiras tentativas humanas de se refletir sobre a linguagem, seus métodos de aquisição e suas competências inatas. Foi na Antiguidade Greco-Romana, *e. g.*, que a gramática surgiu como um campo de estudo voltado à descrição e à preservação da língua, especialmente do Grego e do Latim.

Os gregos foram os primeiros a sistematizar o estudo e a evolução da Língua, destacando-se nisso a tradição dos sofistas e filósofos, que discutiam prioritariamente, questões relativas à correção do discurso e a relação entre linguagem e pensamento, entre homem e contexto: “Os caracteres físicos da raça não podem se transmitir senão pelo sangue; mas as aquisições da raça – língua, religião, ciência – podem ser emprestadas” (Whitney, 2010, p. 256).

Posteriormente, em Roma, a gramática consolidou-se como disciplina normativa, sobretudo a partir da obra de autores como Donato¹ e Prisciano², que influenciaram durante séculos o ensino da língua latina na Europa medieval, reminiscências das quais nos fazemos herdeiros:

Talvez seja pela sua organização didática, mais do que pela doutrina gramatical apresentada, que os trabalhos de Donato tiveram tamanha popularidade em seu tempo e na posteridade. Além disso, as gramáticas de Donato tiveram uma grande influência, não somente porque foram utilizadas durante séculos, mas também por que foram comentadas por outros gramáticos tardios, o que permitiu o surgimento de um novo tipo de gênero gramatical: os comentários de gramáticas [...] (p. 90). [...] A obra de Prisciano não somente é relevante por ter-se colocado, na Antiguidade Tardia, como transmissora e porta-voz do pensamento greco-romano sobre a linguagem, mas também por ser aquela que representa, de certo modo, uma ‘refundação da gramática’, uma ponte entre a gramática do mundo clássico e a gramática moderna (p. 95) (Fortes & Burghini, 2021).

Essa tradição de via dupla (que promoveu a conexão entre os diversos entendimentos sobre a natureza da linguagem e o ensino de sua gramática), marca a centralidade da primazia da norma, tornada estável que foi pela valorização da erudição, estabelecendo as bases para uma concepção de gramática, desde então reconhecida como um conjunto de regras a serem memorizadas e aplicadas, modelo que repercutiu fortemente no Ocidente.

Durante a Idade Média, a gramática foi incorporada ao *Trivium*³ — junto da retórica e da dialética — como uma das ‘artes liberais’ fundamentais para a formação do espírito. Nesse contexto, sua função avança e ultrapassa a posição de mera descrição da língua: agora é compreendida como caminho de acesso ao saber e tida como requisito para a leitura das escrituras e dos textos clássicos.

O ensino gramatical da norma culta estava, portanto, intrínseca e duplamente ligado ao poder religioso e político, reforçando hierarquias culturais e sociais, uma vez que tal prática educativa reunia em si, tanto as íntimas questões próprias da formação intelectual e de aquisição de alta cultura, quanto também vinculadas àquelas evidentemente relacionadas à constituição moral e abstrata do homem.

Já no Renascimento, com o fortalecimento do Humanismo e o retorno às fontes clássicas, a gramática reafirmou seu papel normativo, vinculando-se à ideia de ‘pureza’ linguística e de preservação da identidade nacional, por meio das línguas vernáculas. A partir desta assim denominada

¹ Élio Donato era um gramático latino do século IV.

² Priscianus Caesariensis, conhecido por Prisciano, século VI d.C.

³ O *Trivium*, do latim “três vias”, é um conjunto de três artes liberais – gramática, dialética (lógica) e retórica – que formavam a base da educação na Idade Média e na Antiguidade Clássica, visando desenvolver a habilidade de compreender e usar a linguagem e o pensamento para adquirir conhecimento. O *Quadrivium*, que significa “quatro vias”, é a parte superior do currículo das artes liberais na antiguidade e na Idade Média, e consiste nas disciplinas de aritmética (número no abstrato), geometria (número no espaço), música (número no tempo) e astronomia (número no espaço e no tempo) (verbetes WIKIPEDIA).

modernidade, sobretudo entre os séculos XVII e XIX, a gramática consolidou-se como instrumento de padronização linguística, ratificando a norma como seu eixo.

Por sua vez, o avanço da imprensa, a constituição dos Estados nacionais e a expansão dos sistemas educacionais contribuíram para a difusão de gramáticas normativas voltadas à fixação de uma língua padrão, gerando elementos de competição entre a formatação artificial de uma consciência coletiva e a definição espontânea de identidades étnicas, geográficas e culturais. Neste momento, portanto, do mesmo modo que surgem várias ‘gramáticas normativas’, abre-se a brecha para que vejamos o nascimento, também, da diversidade linguística lentamente sendo trazida para o centro das normas, tornando possível não uma terminologia normativa no singular, mas no plural – ‘gramáticas’, e não somente ‘gramática’ – condição que coloca Whitney (2010), citado anteriormente, imediatamente em contato com o que lemos abaixo:

Um fator importante para a tipologia da norma, é a procedência social e geográfica da camada da população dominante que constitui o veículo de transferência da língua do dominador. Seria irreal supor, sobretudo para o caso das línguas europeias, a partir do século XV, que a língua padrão da capital, pautada por regras normativas ideais operacionalizadas na língua escrita, teria sido transferida às populações ultramarinas. Pelo contrário, são os dialetos populares e rurais, nas suas variedades faladas, que certamente formaram a base da transferência (Naro & Scherre, 2007, p. 141).

Em países colonizados, como o Brasil, a gramática foi utilizada como instrumento de imposição cultural e de distinção social, vinculando o domínio da norma culta à ascensão social e ao acesso a bens culturais. Assim, a gramática ultrapassou a esfera pedagógica e assumiu função política, servindo como marcador de identidade e como critério de legitimação social.

No contexto brasileiro, o ensino de gramática, desde o período colonial, até boa parte do século XX, foi fortemente influenciado por esse modelo normativo e prescritivo. Obras de gramáticos portugueses e brasileiros, como as de João de Barros e Evanildo Bechara, tornaram-se referências incontornáveis, difundidas nas escolas como manuais de correção e padronização da língua.

Esse ensino, por longas datas, esteve vinculado a paradigmas educacionais tradicionais, que priorizavam a transmissão de conteúdos prontos e a repetição de classificações teóricas, deixando em segundo plano a reflexão crítica e a relação com práticas reais de leitura e escrita.

A influência dos paradigmas educacionais também se faz sentir nas transformações do ensino de gramática. O modelo tradicional, baseado no verbalismo e na memorização, predominou durante séculos. Contudo, com o advento das pedagogias modernas, especialmente no século XX, surgiram

críticas a esse modelo. Autores ligados ao movimento da Escola Nova⁴, como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho, defenderam metodologias mais ativas e centradas no aluno, o que implicava repensar o ensino da língua como prática viva, e não apenas como transmissão de regras abstratas.

Na segunda metade do século XX, com o avanço da linguística estrutural, da sociolinguística e da análise do discurso, ampliaram-se as possibilidades de compreender a língua de forma descritiva, funcional e contextualizada, o que impactou as práticas de ensino e abriu espaço para novas perspectivas:

Considerando a natureza das línguas humanas, [...] a tomada de consciência do sistema linguístico só acontecerá plenamente quando o estudante puder ver o funcionamento deste sistema. Para que o aluno compreenda os processos que fazem o sistema linguístico funcionar, ele deve passar por experiências que o levem a enxergar o funcionamento do sistema linguístico, a compreender o seu funcionamento e a manipula-lo de forma concreta (Pilati, 2017, p. 90).

Em síntese, com este pequeno recorte da história do ensino de gramática, vemos que por meio dele se revela uma trajetória de campo atravessada por interesses culturais, políticos e pedagógicos. De um lado, manteve-se por séculos como instrumento de poder e padronização linguística, legitimando a norma culta como referência única. De outro lado, com o avanço das ciências da linguagem e das teorias educacionais, emergiu a necessidade de pensar a gramática como que reconheça a diversidade linguística e o papel social da língua. Essa transição histórica é fundamental para compreender os debates atuais, nos quais diferentes concepções de gramática coexistem e disputam espaço na sala de aula, face à riqueza do fenômeno linguístico e de seu ensino.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando-se da revisão bibliográfica e da análise conceitual como procedimentos técnicos centrais para investigar a relação entre as abordagens gramaticais e a formação docente no Brasil.

As etapas do estudo seguiram o seguinte protocolo:

1. Delineamento e Procedimentos de Pesquisa

⁴ Este, foi um movimento mundial de renovação do ensino, do fim do século XIX, e forte na primeira metade do século XX, que criticava a pedagogia tradicional e propunha uma educação centrada no aluno, na aprendizagem ativa e no desenvolvimento integral para formar cidadãos críticos e participativos. No Brasil, a Escola Nova ganhou força, na década de 1930, com a divulgação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que reuniu importantes educadores da época, como Anísio Teixeira (Anísio Spínola Teixeira – 1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Lourenço Filho (1897-1970) (Texto adaptado, de um gerado por IA do Google – 28/09/2025)

Momento em que o estudo foi conduzido em três etapas principais:

a) Busca e Seleção do Repertório (Corpus)

Realizou-se uma busca de repertório em acervos físicos e digitais (bases de dados acadêmicas como SciELO, Google Scholar, Periódicos CAPES, e catálogos de bibliotecas universitárias) compatíveis com o tema.

Os critérios de inclusão do repertório selecionado abrangeram artigos científicos, livros, teses e dissertações que abordassem a trajetória histórica do ensino de norma culta no Brasil, as funções da gramática na padronização linguística e as abordagens contemporâneas na formação de professores de Língua Portuguesa.

O período de publicação dos materiais selecionados foi amplo, desde que a obra clássica ou contemporânea garantisse a pertinência e certa atualidade do corpus bibliográfico.

b) Revisão Bibliográfica e Análise Conceitual

Os materiais selecionados foram submetidos à revisão bibliográfica, com o objetivo de mapear a evolução dos paradigmas educacionais e suas implicações no ensino de gramática.

Em paralelo, foi empreendida uma análise conceitual, focada na discussão sobre a norma culta e a padronização linguística no contexto da formação docente.

Foram examinadas as tendências atuais na formação pré-serviço e continuada, com destaque para as abordagens oriundas dos multiletramentos, da sociolinguística e da gramática reflexiva, buscando identificar seus impactos teóricos e práticos na docência.

c) Síntese e prévias de análise

O material investigado subsidiou a discussão no artigo, que culminou na identificação de evidências que convergem para a necessidade de um repensar integrado do modelo de ensino de gramática.

A síntese dos achados foi organizada em torno da premissa de que a prática docente deve articular normas, variantes, funções comunicativas e contextos discursivos, superando a ênfase exclusiva na prescrição gramatical.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ensino de gramática no Brasil, embora renovado por diferentes abordagens, ainda enfrenta inúmeros desafios que atravessam tanto a prática pedagógica quanto as condições estruturais das

escolas. Ao mesmo tempo, as mudanças educacionais e nos usos sociais da linguagem abrem possibilidades para repensar o papel da gramática no processo de formação dos estudantes.

Um dos maiores entraves no ensino de gramática, é a persistência da tradição normativa como eixo central da prática escolar. Muitas escolas ainda priorizam a memorização de regras e a execução de exercícios descontextualizados, distanciando a gramática da realidade comunicativa dos alunos (Bagno, 2018; Soares, 2013).

Essa abordagem mecânica frequentemente gera desmotivação, pois o estudante com o qual o futuro docente irá interagir, tende a não perceber sentido prático no que aprenderá, e limitará a compreensão da língua como instrumento que caminha na contramão de uma linguagem de promoção de interação social e produção de sentidos (Freire, 2017).

Outro desafio significativo para a formação docente, é o de que muitos professores têm sido formados em contextos ainda marcados por práticas tradicionais e apresentam dificuldades em transitar para perspectivas discursivas, sociolinguísticas ou de letramentos. Sem atualização contínua e reflexão crítica sobre o ensino, torna-se cada vez mais complexo para este docente, implementar propostas inovadoras e contextualizadas em suas salas de aula (Amaral & Souza, 2011).

As condições estruturais da escola pública também impactam diretamente a efetividade do ensino. Turmas superlotadas, carência de materiais didáticos diversificados e tempo reduzido para trabalhar conteúdos de modo mais verticalizado dificultam a articulação da gramática com práticas de leitura, escrita e oralidade de forma consistente.

Além disso, o preconceito linguístico, presente na sociedade e, muitas vezes, nas próprias instituições escolares, reforça a visão de que existe apenas uma forma ‘certa’ de falar e escrever, dificultando a valorização da diversidade linguística e perpetuando desigualdades sociais (Bagno, 2018; Labov, 1972).

Apesar desses desafios, as perspectivas contemporâneas de ensino oferecem caminhos promissores. A integração entre gramática e gêneros textuais, por exemplo, permite relacionar estruturas linguísticas às práticas comunicativas reais, aproximando o ensino da experiência dos estudantes e reforçando a função social da Língua (Soares, 2013; Street, 2014).

A valorização da sociolinguística e da educação inclusiva possibilita que o ensino de gramática se torne um espaço de combate ao preconceito e de afirmação da diversidade. Reconhecer variedades regionais, populares e digitais como legítimas amplia a consciência linguística dos alunos e promove respeito às diferenças culturais (Bagno, 2018; Labov, 1972).

Em síntese, os desafios que ainda marcam o ensino de gramática não anulam suas potencialidades; ao contrário, evidenciam a urgência de superar práticas excludentes e investir em

formação docente, materiais adequados e metodologias inovadoras. Quando ensinada como instrumento de reflexão e de ação social, a gramática contribui não apenas para o domínio da norma padrão, mas também para a construção de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de sua atuação no mundo, capazes de compreender e intervir de forma significativa nos diferentes contextos comunicativos que encontram (Freire, 2017; Soares, 2013; Bagno, 2018).

Espera-se, enfim, que o estudo contribua para reforçar o corpo de evidências científicas que defendem uma formação docente capaz de promover uma abordagem de ensino de gramática que seja reflexiva, crítica e contextualizada, alinhada às demandas comunicativas e socioculturais da contemporaneidade.

5 CONCLUSÃO

O percurso realizado ao longo deste Artigo, permitiu evidenciar que o ensino de gramática, longe de ser um campo homogêneo e estático, constitui um terreno plural, permeado por diferentes concepções, disputas de sentido e implicações pedagógicas.

Desde a tradição normativa, marcada pela prescrição de regras e pelo ideal de uniformidade linguística, até as abordagens contemporâneas, fundamentadas em letramentos, sociolinguística e pedagogia crítica, o ensino da gramática tem sido reflexo das transformações históricas, sociais e educacionais pelas quais temos passado.

A análise histórica das abordagens mostrou que a gramática normativa desempenhou papel relevante na padronização da língua e na construção de identidades, mas que sua centralidade exclusiva no ensino tende a reduzir a linguagem a um conjunto de restrições, enquanto que a gramática descritiva ampliou o olhar, ao sistematizar os usos efetivos da língua, favorecendo uma visão mais científica e menos intervencionista do fenômeno linguístico.

Igualmente, na mesma demonstração histórica, notamos que a gramática funcional, cuidou de aproximar estruturas e funções comunicativas, destacando a relação entre forma e propósito. Do mesmo modo que mais recentemente, a gramática discursiva nos trouxe contribuições fundamentais, ao situar a língua em práticas sociais concretas, enfatizando que o sentido não estaria apenas na estrutura, mas na interação, no contexto e nas ideologias.

Finalmente, tivemos as abordagens contemporâneas, abrindo espaço para integrar múltiplas perspectivas, articulando gramática, letramentos e multiletramentos, pondo-se em diálogo aberto com as demandas de inclusão, de diversidade e de criticidade.

Ao longo dessa trajetória, ficou evidente que um dos grandes desafios para os mais distintos aprendizes da língua, consiste em superar o ensino fragmentado, centrado em regras isoladas,

promovendo-se uma abordagem reflexiva, crítica e contextualizada, em que a gramática esteja a serviço da leitura, da escrita e da oralidade.

Para tanto, é indispensável se investir na formação docente, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para que professores possam transitar entre diferentes perspectivas de ensino gramatical, de maneira consciente e criativa, caminhando para um ensino de ‘gramáticas da Língua Portuguesa’, mais aptas aos mais diversos sujeitos, contextos e usos da língua.

Outro ponto crucial a se mencionar, diz respeito ao preconceito linguístico, ainda presente em práticas escolares e sociais. Combater essa visão restritiva exige adotar uma concepção inclusiva de língua, que reconheça a legitimidade das variedades linguísticas e prepare o estudante para circular entre diferentes registros, sem desqualificar sua identidade. Nesse sentido, a gramática deve ser compreendida como instrumento de empoderamento e não de exclusão, novamente, o Professor poderá lançar de suas mais variadas ‘gramáticas’, para enfrentar a questão.

As possibilidades vislumbradas apontam para um ensino em que a gramática se torne ferramenta de cidadania, permitindo que os estudantes compreendam e questionem discursos, construam sentidos e participem criticamente da vida social. Nesse horizonte, o ensino de gramática não é reduzido à normatividade, mas se amplia em direção a uma ‘educação linguística’ mais ampla, em que a prática pedagógica se articula a um rigor científico, a uma criticidade e ao compromisso social da Educação.

Em síntese, o ensino de gramática, quando concebido em suas múltiplas perspectivas, revela-se como campo fértil para a formação integral do sujeito. Seu futuro depende da capacidade de integrar tradição e inovação, norma e variação, forma e sentido, estrutura e discurso durante o ensino das ‘gramáticas’ da Língua Portuguesa. Somente assim será possível consolidar uma educação linguística que respeite a diversidade, promova a equidade e prepare cidadãos para atuar, com consciência e responsabilidade, nos diferentes contextos comunicativos da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mônica G. T. do. & SOUZA, Maria Cecília Cortez de (Orgs.). *Educação pública nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Paco / EdUSP, 2011.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). *Ministério da Educação*. Brasília: MEC, 2017.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2020.

CAMARA Jr., Mattoso. *Gramática do Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

FORTES, Fábio & BURGHINI, Júlia. *Os gramáticos latinos – Varrão, Quintiliano, Donato e Prisciano*. Campinas / SP: EdUNICAMP, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. London: Routledge, 2004.

KOCH, Ingredore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2011.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MEC(a) – Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em:
<https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pcn>. Acesso em 28/09/2025, às 16h58min.

MEC(b) – Base Nacional Comum Curricular. Disponível em:
<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 28/09/2025, às 16h59min.

NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

PECHÉUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. Paris: Seuil, 1975.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis / RJ: Vozes, 2017.

PILATI, Eloisa. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Campinas: Pontes, 2017.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais – abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola, 2014.

WHITNEY, William Dwight. *A vida da linguagem*. Petrópolis / RJ: Vozes, 2010.